

CDS/PP

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

PARTIDO POPULAR

N.º 131-VIII

P.º 50.04.04

29.27

29.36

Data: 24.11.2005

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo**

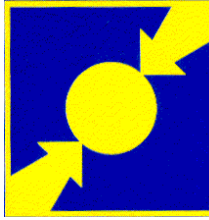
Como referimos ao longo destes dias de debate, o CDS/PP considera que o Governo Regional faz, nos documentos que submeteu a esta Assembleia, um diagnóstico económico e social demasiado optimista. Porém os membros do Governo, nas suas intervenções, tornaram-se já, na sua grande maioria, mais moderados na linguagem. É certo que todos devemos ter honra na nossa Região e nas potencialidades dos Açores, mas não podemos cair na tentação de não reconhecer as limitações regionais.

Não falar nos problemas não os faz desaparecer. E o Governo só ganhará em respeito, quando mais partilhar com os açorianos em geral e com os responsáveis políticos em particular, os sucessos, mas também os problemas que afectam esta Região e até os bloqueios que a afligem. Uma política de verdade é uma política de responsabilidade.

Esta Assembleia é também um Órgão de Governo próprio da Região e o local certo para os membros do Governo partilharem preocupações, aproveitarem discussões e retirarem utilidade das sugestões. De pouco serve declarar que se prestigia o papel da oposição, se na prática não houver abertura real para compreender os pontos de vista diferentes, aceitar com espírito democrático as críticas e até para ponderar a aceitação de sugestões e alternativas. Diga-se, em abono da verdade, que na discussão, muito mais intolerantes para com a oposição foram alguns dos senhores deputados do Partido Socialista, que se revelaram avessos a qualquer crítica. Foram esses e sobretudo esses, que teceram louvores sem medida à actividade governativa, não encontraram qualquer atitude que merecesse crítica, nem sequer lugar para sugestões. O dever de ser útil e de colaborar, não deveria dar lugar a uma ânsia desmedida de apresentar serviço ao Governo, como que à busca de promoção, a ponto de fazer cair alguns em posturas que o PS outrora condenou e muito bem.

A oposição é que não está condicionada a ter de alinhar pelo apoio incondicional ao Governo. Mas entendemos também que não podemos, ainda que por conta do papel de oposição, cegar ao ponto de não reconhecer os programas e projectos positivos que o Governo submete à nossa consideração.

O Plano que o Governo Regional apresenta, não é o nosso Plano, nem algum que tivesse contado com a nossa participação. Mas o Plano para 2006 é aquele que o Governo apoiado por uma maioria escolhida pelos açorianos apresenta, na sequência da aprovação pela maioria desta Assembleia de um Programa de Governo.



CDS/PP

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

PARTIDO POPULAR

O CDS/PP declara, perante esta Assembleia, que reconhece existirem no Plano alguns Programas que incluem muitos projectos com os quais está perfeitamente de acordo. É verdade que alguns dos projectos incluídos são aqueles que há muito reclamámos e só pecam por tardios; muitos deles estiveram já incluídos em vários planos anteriores, sem que tenham sido concretizados, ou sequer iniciados.

O CDS/PP perante o segundo Plano desta legislatura, este com um ano completo para ser executado, com membros do Governo que já tiveram tempo para atingir a estabilidade emocional e funcional, apoiado por uma ampla maioria que lhe garante a estabilidade de cuja falta tanto se queixou no passado, com um Governo da República que é agora da sua cor partidária e com maioria, terá todas as condições para encontrar as boas soluções e todos os meios para garantir a concretização dos projectos e soluções que nos propôs.

Nestas condições, se o CDS/PP não encontra motivos suficientes para votar a favor deste Plano, na verdade também considera dever dar o sinal que não se assume contra, porque há expectativa sobre a concretização das propostas de um documento que contém um conjunto de realizações, muitas delas de extrema importância e que há todas as condições para as realizar em proveito dos açorianos. Nós sabemos que este Governo tem o direito de aplicar o seu Programa; nós temos o dever de fiscalizar a actividade governativa e a conformidade daquilo que foi proposto, com aquilo que vier a ser executado. Será isso que faremos, porque é isso que interpretamos como sendo o papel que nos confiaram aqueles que votaram em nós.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Membros do Governo

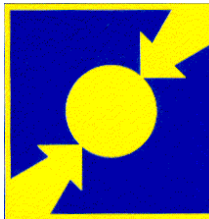
O outro documento em discussão é a proposta de Orçamento.

É positivo que o Governo aponte no sentido de buscar o equilíbrio orçamental, mas já não podemos aceitar que o continue a fazer à custa de empresas de capital exclusivamente público, onde se escondem despesas correntes. Paradigma disso são os milhões que, ano após ano, se acumulam como dívida da Sudaçor, sem o correspondente aumento em ganhos para a saúde dos açorianos.

Não basta a sustentabilidade da Administração Regional; a Região deverá procurar libertar receitas para o investimento e redução da dependência externa.

Porque o Orçamento Regional tem escassas possibilidades de aumentar as receitas, a boa gestão orçamental tem de fazer-se pelo lado da redução da despesa; nem a proposta, nem a discussão demonstraram quais as medidas necessárias preconizadas, ou sequer as possíveis, para reduzir as despesas correntes e combater os desperdícios.

Logo no início destes dias de debate o CDS/PP apelou ao Governo para que clarificasse perante esta Assembleia, como era seu dever, a crise institucional com o Governo da República relativamente à alegada dívida do Estado para com a Região. As verbas envolvidas, sobre cuja recuperação nada se sabe, é algo que não pode deixar de ser tomado em conta pelo CDS/PP.



CDS/PP

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

PARTIDO POPULAR

Queremos também realçar que só formalmente é que o montante dos empréstimos se mantém sem crescimento. Sabe-se que por via de manobras diversas a dívida indirecta da Região está permanentemente a aumentar. A questão que esta preocupante evolução suscita é exactamente a de saber-se qual o limite aceitável para a actual geração utilizar ou comprometer os recursos a gerar pelas próximas gerações.

Por tudo isso e em coerência, a posição do CDS/PP relativamente ao Orçamento não pode ser a mesma da que assumiremos perante o Plano.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Ultimamente é habitual dizer-se que há vida para além do Orçamento.

Pois que se entenda que com previsões nacionais de consumo privado e público e rendimento disponível a descerem, com a inflação a subir, com taxas de desemprego a crescer, infelizmente a Região não poderá ser o oásis que todos desejaríamos, mas que só alguns se atrevem a prometer.

Deseja-se pois que o Governo na aplicação dos documentos que daqui saírem não se esqueça que o desemprego não é um número, mas uma realidade social que afecta já muitos milhares de açorianos, muitos jovens licenciados, que aguardam emprego, muitos deles também em ilhas com um tecido económico e social muito frágil.

Desejamos que o Governo comece a entender que os indicadores económicos gerais são meros números, mas que cada Ilha é uma realidade, com problemas concretos que exigem uma resposta específica. Se ela virá ou não do tão propalado reconhecimento de ilhas da coesão, é o que não se tem a certeza. Mas é uma esperança que se incutiu em muitos açorianos.

O CDS/PP tudo fará para que as esperanças de todos os açorianos se concretizem.

O Líder Parlamentar,

(Artur Lima)